



Vol. 7 nº 14 jul./dez. 2012  
p. 31-45

**LÍNGUA DE SINAIS  
BRASILEIRA NA  
UNIVERSIDADE: BILINGÜISMO  
E ENSINO DA LÍNGUA DE  
SINAIS**

**SIGN LANGUAGE IN BRAZILIAN  
UNIVERSITY: BILINGUALISM AND  
TEACHING SIGN LANGUAGE**

Emiliana Faria Rosa<sup>1</sup>  
(Universidade Federal do Pampa)

**RESUMO:** O presente artigo irá analisar a presença da língua de sinais tanto a partir do bilingüismo quanto do ensino desta língua na universidade. A universidade, participante do meio social, deve atentar-se ao fato da necessidade de reconhecimento da língua de sinais no ambiente acadêmico e do caráter fundamental desta língua para este meio. Quando falamos de universidade sem fronteiras sociolinguísticas como símbolo de lutas e conquistas entendemos o significado das palavras acima de modo geral e abrangente. Na realidade vivenciada por muitos, o real uso de tal palavra foge no momento da prática. O surdo dispendo da possibilidade de conhecimento a partir da valorização de sua língua auxiliará no desenrolar dessa interação e aprofundamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** bilingüismo; surdos; universidade.

**ABSTRACT:** This article will analyze the presence of sign language from both the Bilingualism as the teaching of this language at university. The university, participating in the social environment, must pay attention to the fact that the need for recognition of sign language in the academic environment and the fundamental character of this language for this medium. When we talk about university without borders sociolinguistic as a symbol of the struggles and achievements understand the meaning of the words above in general and comprehensive. In reality experienced by many, the real use of such a word escapes at the time of practice. The deaf disposing of the possibility of knowledge from the appreciation of their language assist in the conduct of interaction and deepening.

**KEY WORDS:** bilingualism; deaf; university.

## INTRODUÇÃO

No cotidiano da LIBRAS (língua brasileira de sinais) na universidade várias discussões sobre a presença, interação e ensino desta língua são notados. Tal cotidiano é vivenciado pela autora deste artigo como professora de língua de sinais em uma universidade e isso leva a necessidade de levantar questões observadas buscando reflexões

sobre o tema.

Pensamentos como o que vem a ser e como se apresenta o bilingüismo no meio acadêmico levando em consideração que o uso de duas línguas é, cada vez mais, presente e crescente com a existência e permanência de surdos no ensino superior. Além disso, observa-se a imprescindível necessidade do conhecimento de outras línguas estrangeiras. Para ouvintes o bilingüismo se apresenta como o conhecimento de duas línguas orais ou ainda uma língua oral e uma língua de sinais; para o surdo o bilingüismo será especificamente o conhecimento da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. Sendo assim, neste artigo, a língua de sinais será observada, visto ser a língua da comunidade surda e uma das vertentes do bilingüismo.

No ensino superior observa-se a multiplicidade de línguas e suas variações linguísticas que se integram e ao mesmo tempo se diferencia. São as línguas que movem o processo de ensino-aprendizagem. E, portanto, é impossível deixar a língua de sinais de fora desta contextualização.

A existência de línguas além da língua portuguesa não é assunto novo no meio acadêmico. É por essa afirmação que se tem outra afirmação: a língua de sinais sempre foi conhecida, mas para ser reconhecida foi preciso a existência da lei. O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamentou a LIBRAS, já reconhecida como uma das línguas oficiais no país desde a *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. A partir deste decreto a língua de sinais integrou “oficialmente” no corpo linguístico do ensino superior tanto como língua de uso comunicativo quanto como disciplina curricular.

O ensino de línguas estrangeiras além da língua portuguesa na universidade é sempre presente no meio acadêmico, mas a LIBRAS, ou seja, denominada Língua Brasileira de Sinais, ela é recente.

Após a oficialização da língua de sinais e da proposta de educação do MEC, conhecida como educação inclusiva, observou-se a criação da disciplina de língua de sinais no ensino superior, a fim de que os alunos da graduação obtenham conhecimentos teóricos e práticos sobre o alunado surdo que poderá encontrar, futuramente, em uma sala de aula. Sobre a educação inclusiva pode-se citar que:

A educação inclusiva configura-se como um movimento de intensa repercussão no âmbito das práticas educacionais, no trabalho pedagógico das escolas, porque desafia os sistemas, tensionando o campo educacional com muitas indagações e poucas afirmações. O que se tem de unânime é o direito público subjetivo à educação de qualquer criança, com ou sem deficiência. Nesse sentido, espera-se que o processo de inclusão exija profundas transformações das escolas. (GIORDANI, 2010, p.76)

Além de tudo isso há, presentemente, a inclusão social, levando a universidade a ir um dos locais no qual se prepara as pessoas para o que quer que aconteça. Embora isso seja por vezes utópico.

O presente artigo irá analisar também o que vem a ser e como se apresenta o

bilingüismo no meio acadêmico levando em consideração que o uso de duas línguas são cada vez mais presentes e crescente com a existência e permanência de surdos no ensino superior; e isso sem contar a necessidade do conhecimento de outras línguas estrangeiras. Inegavelmente, a língua de sinais, assim, é observada como língua da comunidade surda e uma das vertentes do bilingüismo.

A LIBRAS aqui apresentada é a língua da comunidade surda brasileira que passou a ser reconhecida e oficializada com a existência da lei. O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 reconheceu a LIBRAS como a segunda língua oficial no país e determinou que fosse criada a disciplina de LIBRAS na universidade. Tal como consta no capítulo II do referido decreto:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005).

A introdução da disciplina de LIBRAS acarretou diferentes recepções sobre a criação e a obrigatoriedade para alunos de licenciatura e pedagogia. É isso que este artigo colocará através de reflexões: como a LIBRAS é observada, aprendida e utilizada pelos graduandos que por muitas vezes nunca antes tiveram contato com a língua de sinais.

A disciplina de LIBRAS se relaciona com o contexto real e diário na sala de aula; com metodologias de ensino do aluno surdo, com as disciplinas comunicativas, com o despreparo do corpo docente seja na escola ou universidade, com o bilingüismo. Este artigo, através do que se observa no decorrer da disciplina, relatará a realidade em sala de aula, a realidade social e acadêmica gerada pela inclusão da LIBRAS como disciplina obrigatória e com a visível propagação da língua de sinais na universidade.

## BILINGÜISMO

Quando falamos de universidade pensamos num ambiente aberto, plural e capaz

de uma interação social e educacional de modo que adquiramos conhecimento e compreensão para passos futuros. Colocamos assim, mesmo que supostamente, a universidade como um espaço sem fronteiras e como símbolo de lutas e conquistas sociolingüísticas.

Entendemos o significado das palavras acima de modo geral e abrangente, uma vez que o que se vivencia é diferente. Na realidade vivenciada e observada por muitos, o real uso de tal expressão – sem fronteiras - foge no momento da prática. Universidade sem fronteiras nos remete a uma abertura de valores aos quais temos ou reconhecemos ao longo da vida. Valores como atitudes, línguas e a interacionalidade do meio social.

A universidade não pode ser concebida isolada dos problemas vividos pela sociedade e a construção da identidade de seus docentes está vinculada ao cenário mais amplo em que ela se insere [...]. Para os educadores, a formação da pessoa, com conhecimento de si mesma e do contexto, natureza, sociedade e cultura herdada, continua sendo a tarefa prioritária da universidade e pede o compromisso de todos os que nela atuam. [...]. (ENRICONE, 2008, p.12)

A universidade, participante do meio social, deve atentar-se ao fato da necessidade de reconhecimento da língua de sinais no ambiente acadêmico e do caráter fundamental destas línguas para este meio. Isso já é visto atualmente com a valorização e presença da LIBRAS no meio acadêmico.

E qual a relação do bilingüismo como a universidade? Antes de responder a essa pergunta, voltamos o pensamento para o que vem a ser o bilingüismo.

O bilingüismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997, p.27)

Explica-se: o bilingüismo não se aplicará somente a crianças, como dito na citação acima, mas como também a todo e qualquer surdo, independente da idade ou escolaridade. O uso de duas ou mais línguas não é somente dito para surdos, afinal em toda e qualquer sociedade a prática do monolingüismo não dura muito tempo. A própria sociedade se encarrega de propagar a miscelânea lingüística existente no mundo.

Um sujeito social dificilmente, salvo exceções, será monolingüe; na maioria dos casos o ser vivente na sociedade terá conhecimento, podendo ser até somente letrado, em outra língua. É a necessidade, é o desenrolar sem pausa do mundo que desenvolverá essa necessidade de tão amplo conhecimento lingüístico e, por assim dizer, cultural.

Geralmente a língua de sinais, mesmo sendo aprendida tardiamente, tende a se tornar a língua preferida na interação entre surdos. Com interlocutores surdos bilingues que usam as mesmas duas línguas – língua de sinais e língua majoritária, dependendo do

conhecimento que ambos têm das duas línguas, da situação e do tópico, eles escolhem uma língua de base, geralmente a língua de sinais, e podem recorrer ao alfabeto digital e à articulação, por exemplo, para complementar a comunicação. (PEREIRA, 2009)

Quando iniciaram a difusão do bilingüismo, tal conceito veio como um recurso para a “dificuldade” da organização (opressiva e expressiva) e da comunicação total (que representava uma mistura de vários elementos cotidianos, mas nenhum enfaticamente). Mas tal associação é uma ilusão, visto que envolvem mudanças e generalizadamente as quais não são de todo aceitas na sociedade.

Colocar o bilingüismo como recurso serve para descrever a sensação e ações do corpo docente e discente que buscavam um caminho para o que chamavam de ‘dificuldade de comunicação’. Afinal, não era fácil para ninguém comunicar-se enquanto um lado usava a língua portuguesa e o outro a língua de sinais. Surge então o bilingüismo, utilizando a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa como segunda.

O bilingüismo varia de idade, nível social, comunitário e identitário, ou seja, de acordo com as realidades psicossocial, cultural e lingüística que devem ser consideradas pelos profissionais no processo de ensino-aprendizagem (QUADROS, 1997). A relação entre a primeira língua e a segunda língua estará enraizada ao nível da interação e aceitação das línguas pelo sujeito surdo. Para o surdo a primeira língua será a língua de sinais e precisa de interação, influência e aprendizado desde cedo.

Especificamente neste artigo, o bilingüismo a que aqui se refere é o conhecimento da língua de sinais e da língua portuguesa. O sujeito surdo que domina a língua de sinais, e tem esta por sua língua primeira língua, dispõe da língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Por muitas vezes o surdo utilizará tais línguas em modalidades diferentes, a língua de sinais por modalidade visuoespacial e a língua portuguesa na modalidade escrita. Segundo Pereira (2009), reconhecer a língua de sinais auxilia o desenvolvimento das pessoas surdas junto à reivindicação pelo direito de usar esta língua leva muitas instituições a adotarem um modelo bilingue na educação dos alunos surdos, tendo como primeira língua a LIBRAS e como segunda língua, na modalidade escrita, a língua portuguesa. Ou ainda as palavras de Foucault:

Desde então, e por muito tempo, serão distinguidas, pelo menos funcionalmente, a língua de aprendizagem e a língua aprendida. A língua de aprendizagem será a mais familiar, a mais natural para o aluno; a língua aprendida será aquela da qual ele precisa adquirir sejam os elementos (quando se trata de uma língua estrangeira), sejam os princípios (quando se trata da sua), em todo caso, as *regularidades*. É na língua do sujeito falante que a regra deve ser formulada: é na sua língua que ele deve compreendê-la e familiarizar-se com ela [...]. (FOUCAULT, 2008, p.122)

Ao estar-se em um ambiente acadêmico, ter-se-ia então as duas línguas descritas. Temos contato com diversas línguas usadas a fim de trocas e recebimentos de informações e conhecimentos. O sujeito surdo terá assim duas línguas, ou mais, a seu favor.

As conquistas em andamento perfazem os seguintes aspectos: (a) o reconhecimento da pessoa surda enquanto cidadã integrante de uma sociedade surda com o direito de ter assegurada a aquisição da língua de sinais como primeira língua, (b) o uso da língua de sinais na escola para garantir o desenvolvimento cognitivo e o ensino de conhecimentos gerais; (c) o ensino da língua oral-auditiva com estratégias de ensino de segunda língua e (d) a inclusão de pessoas surdas nos quadros funcionais das escolas. (QUADROS, 1997, p. 40)

Estar no meio acadêmico já proporciona ao surdo uma elevação em seu papel social como discente e membro participante da comunidade surda. Estar, e permanecer, no meio acadêmico é parte da política linguística no sentido de que coloca a língua de sinais no mesmo patamar lingüístico de qualquer outra língua oral.

O acadêmico surdo dispõe da língua de sinais como meio de desenvolvimento e absorção de conhecimento. Através disso que teremos o desenrolar dos movimentos em prol de melhorias para a comunidade surda, a língua de sinais e o cotidiano.

Isso levaria ao movimento em prol da língua de sinais. Esta desde muito tempo foi desprestigiada e descaracterizada de seu papel linguístico. O surdo consciente de seu direito a uma língua luta pela valorização à língua de sinais na sociedade. Mesmo com leis e decretos a mobilização é contínua, isto porque mesmo com leis e decretos a desvalorização permanece.

Entendemos assim o bilingüismo no ensino superior e a valorização da LIBRAS é parte de uma política linguística em que *“há também política e que as intervenções na língua ou nas línguas têm um caráter eminente social e político”* (CALVET, 2007, p. 36), ou ainda: *“Chamaremos política linguística um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e planejamento linguístico a implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato.”* (CALVET, 2002, p. 145)

Política linguística, e educacional, como auxiliar em uma mudança social; afinal, a sociedade não se modifica sozinha, mas sim a partir das relações sociais que nela existem. É a partir dessa mudança que a sociedade pode conseguir mudar o currículo visando uma melhoria social e, por conseguinte, educacional.

Mesmo com tudo isso, a exclusão linguística ainda é presente e observada tanto na sociedade quanto no meio acadêmico; o que leva à necessidade da inclusão da língua de sinais na pauta da política linguística.

Exclusão linguística que sempre mascarou a capacidade do surdo em ser um sujeito expositor de suas ideias e valores. Exclusão que mascarou quem na realidade é o surdo e o que ele possui de conhecimento cultural que favorece à interação social com o meio e desenvolve-o, transformando-o em um ser que reflete, indaga e busca respostas ao que não compreende ou quer desvendar.

Será nessa vivência social que o surdo terá ao seu dispor uma língua que lhe dá disponibilidade de ser, ter e fazer. Apesar de todo movimento patológico, o cultural se impõe e revela o surdo como sujeito participante do mundo. *“O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não*

*conceder uns aos outros.*" (FREIRE, 1996, p. 59). Possibilitar ao surdo sua presença no meio social e acadêmico, não é um favor como diz Freire, não é ser 'bonzinhos', mas sim sujeitos conscientes da diversidade existente no mundo no qual estamos ou como diz Foucault "[...] *O mundo é nossa sala de aula [...]*" (FOUCAULT, 2008, p. 242).

Esse possibilitar remete a compreensão da língua de sinais como língua. Não de apoio ao aprendizado nem como um calço de sustentação a outra língua ou cultura, mas língua viva, real e única.

É pela língua que o surdo terá contato com o mundo, com o novo e com caminhos para a busca do que desejar. A língua dá ao surdo a liberdade ou ao menos uma das vertentes desta. Liberdade de querer, de indagar e de criar. É nesta "criação" que se insere o surdo como pesquisador presente no meio acadêmico buscando saberes a serem descobertas e a comprovação do que já se conhece.

A língua de sinais supre a necessidade linguística do surdo. Ela dá ao surdo a mesma possibilidade que qualquer língua a qualquer pessoa. E, sim, ela responde à demanda socioeducacional a que se vincula.

Para a continuidade das conquistas é preciso que exista o elemento de ligação entre a política e o grupo lingüístico que deseja possuir valorização lingüística, uma vez que ambos os lados são indispensáveis ao desenvolvimento desse processo lingüístico, podendo-se definir que o lado que oprime (a sociedade falante de uma língua oral) e o lado que é oprimido (a comunidade surda) andam lado a lado na busca de ideais, sejam eles opostos ou não. Ainda assim uma língua só cresce se possuir autonomia para que isto ocorra, caso contrário, ela continuará descaracterizada e sem valor social como língua (ROSA, 2011).

Voltamos então à afirmação anterior. A relação universidade e bilingüismo pode ser mais comum do que se pensa. Em relação à língua de sinais, por muitas vezes o bilingüismo fica a parte e em muitas universidades ainda há resistência para a aceitação e valorização da língua de sinais como língua.

A sociedade atuando e influenciando no decorrer dos contextos universitários tem a marca do controle sobre o que vem a ser a primeira ou segunda língua para o surdo. Opressão que sempre existiu e não consegue ser ignorada, por ser ela quem denomina as raízes colonizadoras do sujeito surdo.

O surdo ao ter espaço na universidade coloca em jogo a supremacia lingüística ouvinte. Este irá de acordo a primeira reação ao confrontar com algo que o choca atacar ou negligenciar a língua de sinais; subjugando-a como inferior à língua portuguesa. Segundo Skliar:

As políticas de educação bilingüe e bicultural para surdos — ou deveriam ser chamadas de políticas de educação multilingüe e multicultural? — deveriam lançar uma luz sobre esses fatos e não, simplesmente, definir o uso das duas linguagens e das duas modalidades dentro da educação dos surdos. Essa aceitação das linguagens não implica necessariamente uma reconversão do problema. O fato é que, ainda que existam as duas linguagens, cada uma delas continuará correspondendo a dois grupos de

pessoas diferentes e a duas ou mais imagens do mundo. Assim, o sistema educacional para os surdos continuará, comunicativa e lingüisticamente, sempre em paralelo. (SKLIAR, 1997)

Considerar a educação uma via mão dupla é afirmar que o que se dá, se recebe; e tanto ensinar quanto aprender não é unilateral. O real aprendizado só acontece com e diante do outro. *“Em Vygotsky [...] encontramos a importância da ‘interação com o outro e a colaboração entre os pares’ para a ‘internalização’, ‘como construção interna de uma operação externa’.”* (FARIA in ENRICONE, 2008, p. 82).

É pela interação social e lingüística que o surdo irá transformar os saberes adquiridos em práticas, pesquisas e ação. Assim ter-se-ia a construção interna para a externa dita acima por Faria. Inicialmente é preciso cuidar de como somos/estamos por dentro para podermos exteriorizá-lo; a isso inclui-se como pensamos, agimos ou realizamos ações.

Repensar o bilingüismo na universidade e propor a queda de barreiras lingüísticas existentes no cotidiano dos surdos. É extinguir o pensamento de que só há uma única língua de comunicação no ambiente educacional; colocando a língua de sinais em um patamar superior, igualando-se a língua oral usada na universidade, esta que até então era tratada como única e específica ao aprendizado e às relações sócio-culturais.

A universidade precisa realmente de abrir as portas àqueles que a ela procuram; por muitas vezes o surdo esbarra em portas fechadas ou parcialmente fechadas, visto que a universidade não se encontra preparada para tê-lo em seu corpo discente ou até mesmo docente.

Assim, esse ambiente socioeducacional não será observado sob a ótica do ‘melhor’ ou do ‘ideal’, mas sim pela percepção das mãos em movimento e da visão dos sujeitos que não são somente alunos, mas parte, essencial, de sua própria interação e desenvolvimento social e lingüístico.

É vital a valorização da língua de sinais em relação ao surdo, suas pesquisas, aprendizados e, em suma, seu desenvolvimento. Podemos ter aceitações e repulsões sobre tais assuntos, sendo essenciais ao crescimento e empoderamento do língua de sinais. Se tudo sempre for favorável, metaforicamente diria que não aprendemos a cair, e muito menos a levantar, ou ainda lutar por uma causa: *“A universidade é um espaço novo para os surdos. A postura de acadêmico, a autonomia e o interesse pelo campo de estudo no sentido de formação profissional passam a se consolidar.”* (ALBRES, 2010, p.208)

Incluir o surdo é muito mais do que colocá-lo em uma sala de aula no meio de todos os outros. É proporcionar aprendizado, é valorizar e estimular o aprendizado de sua primeira língua, a LIBRAS, é compreender que a língua portuguesa para este aluno será a segunda língua em modalidade escrita. Incluir o surdo é usar recursos didáticos visuais, trocas sociais e lingüísticas. É desenvolver um indivíduo para que ele não se torne dependente, como muitos pensam, mas sim possuidor de sua língua, de seu conhecimento e de possibilidades diárias de desenvolvimento e captação do que o rodeia.

O surdo dispo de da possibilidade de conhecimento a partir da valorização de sua língua auxiliará no desenrolar dessa interação e aprofundamento. O bilingüismo assim



deixará de ser somente a existência e uso de duas línguas para ser a tentativa seguida da conquista do acesso ao conhecimento e ao futuro.

## QUESTÕES SOBRE O ENSINO DA LIBRAS NAS UNIVERSIDADES

Alguns pontos que se observa com as questões apresentadas aqui é dificuldade da presença de intérpretes, falta de material didático específico, discentes e universidade com pouca ou nada de informação, professores desmotivados, inquietações sobre processo de avaliação dos discentes, conquistas de valorização do papel do professor de LIBRAS, mudanças na universidade em relação a quem é e como interagir com o surdo (sendo este professor ou aluno), entre outros fatores.

Deseja-se assim expor o cotidiano vivido pelo professor de LIBRAS, sua metodologia de ensino em tentativa diária de ensinar o respeito e a valorização da língua de sinais, uma vez que serão eles que estarão em contato diário com os alunos surdos nas escolas, universidades e no próprio cotidiano.

## ATITUDES EM RELAÇÃO AOS SURDOS E À LIBRAS

Ter a disciplina de LIBRAS nas universidades brasileiras é uma aquisição extremamente importante para a comunidade surda. É como um troféu conquistado arduamente pelos surdos durante anos de luta pela valorização da língua de sinais. Luta que corresponde a um passo no meio de todo caminho percorrido e a ser percorrido. Caminho que não acabou e continua no cotidiano enfrentado e vivido pelo surdo.

Ter a língua de sinais no currículo da universidade não gera uma mudança social somente por essa presença. Somente se os alunos entenderem e aceitarem a língua de sinais é que teremos uma modificação social. É o caso de alunos que já trabalham como professores e que já tiveram a experiência em sala de aula com um aluno surdo. Este graduando terá uma melhor receptividade da LIBRAS do que o aluno que nunca teve contato antes.

Fala-se sobre a língua de sinais e sua disciplina, mas ainda há não entendimento sobre surdo; este é, por vezes, visto como “deficiente” pela sociedade que foca o patológico ao invés do linguístico. Mesmo com a existência da LIBRAS ainda há desconhecimento sobre todo o contexto a que essa língua se insere. A divulgação está acontecendo aos poucos através de mídia, palestras, cursos de formação e inclusive dentro da universidade através da disciplina língua de sinais. A lei e do decreto de LIBRAS não finda a preocupação da educação e desenvolvimento social dos surdos;

O governo acredita efetivar a inclusão social e educacional através da disciplina, a qual teria função de capacitar os futuros profissionais que fossem lecionar a surdos. Não foi levado em consideração que para ser fluente na LIBRAS, e assim lecionar adequadamente a este grupo de alunos, é necessário anos de curso e convivência com os surdos, pois a língua de sinais é complexa e tem o mesmo *status* e dificuldade de aprendizagem e compreensão de qualquer língua oral.

## FORMAÇÃO E PERFIL DOS PROFESSORES DE LIBRAS

O professor de língua de sinais deve ser visto como qualquer outro professor, capaz de educar, influenciar e estimular seus alunos nas descobertas lingüísticas de uma língua naturalmente visuoespacial e motivadora da possibilidade de interagir com o outro e o mundo em que se vive.

Atualmente observa-se que o cargo de professor de LIBRAS pode ser ocupado por surdos ou ouvintes. Em algumas universidades exigem que o professor seja formado e/ou tenha pós-graduação, mestrado ou doutorado, ou seja, é necessário que tal professor tenha titulação, formação e fluência para lecionar a língua de sinais.

Pensa-se no professor, mas junto a isso devemos observar o ambiente em que ele leciona. Por vezes algumas universidades não dispõem ou não contratam o ILS (intérprete de língua de sinais), quando o professor surdo solicita, por questões financeiras e ou burocráticas. O ILS é um profissional capacitado e fluente para interpretar língua de sinais/português/língua de sinais sempre que o professor surdo necessitar. Caso este professor não disponha do ILS ele deve se preocupar em conversar com alunos, direção da universidade, ou deve só "trabalhar" sem ser ouvido? É preciso lembrar que muitos no meio acadêmico não possuem conhecimentos da língua de sinais dificultando assim a conversação surdo/ouvinte.

Da mesma forma em que a há professores surdos fluentes no ensino da língua de sinais em algumas universidades, há também professores ouvintes não fluentes em LIBRAS que dão aula teórica para os alunos e depois convida o outro professor surdo para dar aula prática. Alguns desses professores não fluentes não convivem com a comunidade surda, não disponibilizando a prática da língua de sinais, peça fundamental da disciplina de LIBRAS. Atenta-se que a convivência com a comunidade surda é fundamental, pois a língua de sinais também tem suas alterações, inovações assim como a língua oral.

A existência do PROLIBRAS (certificação de proficiência em Língua de Sinais para uso e ensino) é um fator que merece cuidado. Tal certificação foi criada em vista da necessidade de provar que os profissionais sabiam a língua de sinais para assim tomar posse como professor na disciplina de LIBRAS. Ter o certificado não quer dizer que a pessoa seja fluente, ela pode ter treinado o necessário para ser aprovada e ter este certificado. O que acontece com vários ouvintes que desejam ser professores de língua de sinais, mas não possuem fluência, isto porque muitos concursos pedem no edital o certificado do PROLIBRAS.

Sobre o PROLIBRAS, Simplicio (2009), revela que exames de proficiência, estes, foram uma medida federal emergencial para que as instituições de ensino superior se adequassem aos prazos da lei, enquanto os primeiros graduandos em Letras Libras Licenciatura e pós-graduandos em LIBRAS concluíssem seus cursos, uma vez que o primeiro prazo estabelecido pelo Decreto para inclusão da disciplina de LIBRAS, expirou antes da formação desses professores.

Sendo assim é importante ressaltar que não será somente um certificado que dará ao profissional a capacidade de lecionar uma língua, mas sim a fluência e conhecimentos sobre ela, além de ter perfil como professor.

## CARACTERÍSTICAS DOS ALUNOS E DAS TURMAS DE AULA

Não adianta mostrar somente as vivências dos professores sem apontar fatores cotidianos. Algumas situações que ocorrem nas universidades de acordo com experiências e observações são: turmas superlotadas, alunos de diferentes cursos numa mesma turma, alunos que não conseguem sinalizar por dificuldade motora ou idade ("fase de maturação vencida" <sup>1</sup>), alunos que não memorizam sinais, alunos que não usam de forma alguma expressão facial, alunos que não participam de aula expositiva por falta de interesse, vontade ou timidez de expor o corpo em movimento (através das expressões facio-corporais).

Qualquer conteúdo, língua ou outro tipo de conhecimento quando obrigatório leva a uma desestimulação por parte dos alunos. É o que se tem na disciplina de LIBRAS na graduação quando alunos participantes das aulas não dão o máximo de si visto a falta de interesse.

## TIPOS DE AVALIAÇÃO

O professor de língua de sinais se depara com as características dos alunos e das turmas e descobre outro problema: o da avaliação. Como seria a avaliação? Avaliam-se os conhecimentos adquiridos na parte prática e na parte teórica. Mas como avaliar um aluno com dificuldade motora ou com dificuldade de compreensão pelo fato de a língua de sinais ser de modalidade visuoespacial? Há alunos que não dominam a expressão facio-corporal (essencial para o entendimento da língua de sinais), outros não memorizam sinais, outros ainda não conseguem ao mesmo tempo o uso de sinais e de expressão facio-corporais.

São muitos os casos encontrados que limitam o desenvolvimento. O aluno deverá ser reprovado? Nem sempre. Reprovar alunos mais idosos e/ou com maturação vencida é complicado visto o limite físico. Reprovar adianta? Novamente, nem sempre. Alunos que fazem novamente a disciplina por conta de reprovação não mostram melhorias. Em alguns casos, em cursos de extensão, capacitação ou mesmo como disciplina curricular de universidade o aluno não poderá ser reprovado mesmo tendo pouco desenvolvimento em LIBRAS.

São muitas dúvidas, muitas questões sem resposta confiante. Cada professor leva em conta muitas coisas na hora de avaliar. Há os que avaliam pela participação e desenvolvimento durante a rotina de aulas, há os que dão provas e outros trabalhos a serem apresentados. Há os que avaliam pelo limite e esforço em aprender dos alunos em sala de aula. Muitas formas para o mesmo objetivo: estimular o contínuo conhecimento dos alunos na língua de sinais.

## OBJETIVOS DE ENSINO

Refletindo sobre essas situações obtêm-se outras indagações. É preciso pensar no currículo de LIBRAS e os conteúdos; se o professor deveria ensinar em num só semestre:

o básico geral ou com foco na área dos alunos ou ainda quais as teorias a serem estudadas. É preciso novamente lembrar que muitas vezes a sala de aula é composta de alunos de diferentes cursos e não se pode centrar num único curso ou conteúdo.

Sobre isso Benedetti fala sobre o ensino de LIBRAS em um curso superior, no caso matemática, que mesmo assim seria importante o aluno aprender o curso básico a fim de um melhor aprendizado dos conteúdos:

O professor da disciplina deve identificar o aluno surdo observando as características que apresenta. Demonstrar conhecimentos sobre a metodologia do ensino para o surdo. Comunicar-se com o surdo. Dominar os aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais, como a fonologia, a morfologia e a sintaxe além de discutir o papel social da educação inclusiva. (BENEDETTI, 2009)

Na parte teórica deve-se apresentar sobre a introdução a LIBRAS, cultura e comunidade surda e, fundamentalmente, sobre os surdos. Teorias são necessárias para o entendimento do funcionamento da língua e seus usos. A aula de língua de sinais não corresponde a somente a prática, sinais soltos ou expressões. A teoria é essencial para que o alunado entenda o motivo de cursar essa disciplina, além de perceber o que a sociedade mostra como 'verdade absoluta' e a realidade da comunidade surda. O aluno, a partir de então, se conscientizará da existência e necessidade da LIBRAS no meio acadêmico e sócio-educacional.

Em se tratando da presença da disciplina no currículo acadêmico, a LIBRAS para ser mais aproveitada poderia haver mais semestres letivos. Entretanto algumas universidades, ou ainda alguns professores, não vêem essa possibilidade por questões burocráticas, financeiras, de falta de profissionais, de legitimidade da língua de sinais e de sua importância para as universidades (sim, mesmo com lei e decreto ainda há pessoas nas universidades, e fora dela, que vêem a língua de sinais sem o mesmo valor linguístico da língua oral), entre tantos outros fatores.

Toda essa fundamentação é necessária para que se tenha desenvolvimento e interação na disciplina tanto no curso de graduação quanto no possível uso da língua de sinais no cotidiano. Em se tratando da aceitação do corpo docente, é preciso acima de metodologias ou ensinamentos a compreensão de que a disciplina de LIBRAS se relaciona com o contexto real e diário na sala de aula e da própria sociedade.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que não basta inserir via lei uma disciplina, ou ainda uma língua, buscando melhorias na educação dos surdos, se essa mesma disciplina não possui de meios para sua própria melhoria ou ainda se tal língua não receber um *status* apontando seu valor linguístico. Sim, é de extrema importância a existência do ensino de língua de sinais na graduação, assim como é essencial que se tenha formas para seu desenvolvimento e propagação.

Realmente, pensando no que foi lido neste texto, há questões a serem resolvidas

as observações e dificuldades. O que pode ser feito para melhorar as situações é um consenso entre professores de modo que haja uma equivalência do que vai ser ensinado, como e por que; dando ênfase ao que é essencial. Se o tempo é curto para tanta coisa, é preciso pensar e lecionar conscientemente. Assim como observar as características dos alunos, suas dificuldades e limites e tentar um meio de avaliar sem perda, o que é difícil, mas não impossível.

Desafios e necessidades todos se deparam diariamente na sala de aula, o que muda é a forma como são observados, vivenciados e solucionados. Lembrando que a sala de aula um encontro das diferenças.

Sendo assim, este é o conhecimento ou reflexão do que seria o ensino da língua de sinais na graduação e o papel do professor de LIBRAS. Há a necessidade de que as universidades e o governo repensem e acatem as propostas e reivindicações do surdo para que a inclusão se efetive de forma mais justa, harmônica e consciente. Deve-se entender a “revolta” e indagações do professor de língua de sinais perante a proposta de inclusão “largada” de qualquer jeito só para cumprir a lei.

É necessário observar que o professor de língua de sinais já em sala de aula vivencia o que foi exposto neste artigo e tenta de todas as formas equilibra-se entre o que possui, o que pretende e o que lhe vem de encontro. Apesar do ensino de língua de sinais enfrentar uma série de problemas e situações que envolvem questões burocráticas, políticas, sociais e linguísticas, os referidos professores tendem a criar possibilidades para superar as dificuldades e lecionar uma disciplina encaminhamentos para que o ensino dessa língua seja incorporado nas universidades com qualidade.

Essencial também é observar a questão da presença e contínuo ingresso de surdos em um ambiente educacional, lembrando que não é só o professor aprender a língua de sinais em um semestre acadêmico e tudo estaria pronto para esse aluno. Não há mágica, mas sim o desenvolvimento de um trabalho árduo e contínuo. Este aluno surdo, seja ele bilingüe ou não, necessitará de muito mais; necessitará de conhecimentos específicos, de um intérprete, da possibilidade de tentativa (incluindo erros/acertos), da presença de um professor que deseje realmente com que o aluno aprenda, respeitando a língua do aluno e assim favoreça o bilingüismo desejado – primeira língua, a língua de sinais e como segunda língua, a língua portuguesa. E o bilingüismo assim deixará de ser somente a existência e uso de duas línguas para ser a tentativa seguida da conquista do acesso ao conhecimento e ao futuro.

A presença, e, por vezes, a ausência da língua de sinais no meio educacional e o respeito ao bilingüismo do aluno (e do professor surdo ministrante da disciplina de língua de sinais) não são elementos a serem isolados, mas sim integrados visando um melhor aproveitamento desta língua no meio social e acadêmico. É questão de aproveitar a realidade do mundo presente na universidade; presente e participante, buscando formas de convivência, saberes e práticas favorecendo, da melhor forma possível, o que a universidade proporciona: o conhecimento.

## NOTAS

<sup>1</sup>E-mail para contato: emilianarosa@gmail.com

<sup>2</sup> Quando falamos de “maturação vencida” significa alunos com idade adulta que pode vir ter a dificuldade de armazenar novas informações de outras línguas. Estes alunos possuem dificuldade de aprender a LIBRAS, sinalizá-la ou ainda executar as expressões facio-corporais. Isso porque a maturação linguística no indivíduo “é capaz de assimilar naturalmente as regras e os princípios que regem o funcionamento dessa língua, dominando-a na forma e no uso ao fim de algum tempo. Esta faculdade pressupõe um suporte físico e estruturas mentais exclusivas da espécie humana” (PINTO, 2005).

## REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva. *Surdos & Inclusão educacional*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2010.
- BENEDETTI, Luis Antonio. A disciplina LIBRAS no currículo do curso de licenciatura em Matemática. In: *FAMAT em Revista*. Uberlândia: UFU, 2009. Disponível em: [http://www.portal.famat.ufu.br/sites/famat.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/famat\\_revista\\_13\\_reflexoes.pdf](http://www.portal.famat.ufu.br/sites/famat.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/famat_revista_13_reflexoes.pdf). Acesso em: 10 jul 2011.
- BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em 10 mai 2010.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Parábola, 2002.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ENRICONE, Dêlcia (Org.). *A Docência na Educação Superior Sete Olhares*. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2008.
- FARIA, Elaine T. Mediação e interação no ensino superior. In: ENRICONE, Dêlcia (Org.). *A Docência na Educação Superior Sete Olhares*. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à educação prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIORDANI, Liliane. Educação inclusiva na educação de surdos: o que se permite entre a política oficial e o movimento social? In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne & LOPES, Maura (org.). *Educação de surdos. Políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha & Maria Inês da Silva Vieira. Bilinguismo e Educação de Surdos. In: *Revista Intercâmbio*. Volume XIX: 62-67, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/4\\_MCristina\\_.pdf](http://www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/4_MCristina_.pdf).

PINTO, Claudia. *Definição de maturação linguística*. Disponível em: <http://www.flip.pt/language/en-US/Duvidas-Linguisticas/Duvida-Linguistica/DID/1172.aspx>. Acesso em: julho de 2011.

QUADROS, Ronice Müller de Quadros. *Educação de Surdos a Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

ROSA, Emiliana Faria. Educação de surdos: entre a realidade e a utopia. In: Sá, Nídia Regina (Org.). *Surdos: qual escola?* Manaus: EDUA/VALER, 2011.

SIMPLÍCIO, Valéria. *O professor de libras - língua brasileira de sinais nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior: formação x habilitação*. Publicado em 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/27832/1/O-PROFESSOR-DE-LIBRAS—LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS-NAS-SERIES-FINAIS-DO-ENSINO-FUNDAMENTAL-NO-ENSINO-MEDIO-E-NO-ENSINO-SUPERIOR-FORMACAO-X-HABILITACAO/pagina1.html#ixzz1SZN2rm4a>. Acesso em: julho de 2011.

SKLIAR, Carlos. *Bilingüismo e biculturalismo*. Uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. In: XX Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1997. Disponível em: [http://189.1.169.50/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08\\_06\\_CARLOS\\_SKLIAR.pdf](http://189.1.169.50/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08_06_CARLOS_SKLIAR.pdf). Acesso em 05 de abril de 2010.

Recebido em 23/01/2012  
Aprovado para publicação em 03/07/2013